



## SESSÃO TEMÁTICA Nº 06 - PROCESSOS DE MUDANÇAS NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

### DOMÍNIOS DE AGÊNCIA E ENCAIXES NAS INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA)

Vinícius Jean Barth/PGDR-UFRGS  
Cátia Grisa/ PGDR- UFRGS

#### Resumo:

Este trabalho utilizou a abordagem de *domínios de agência* (LAVALLE, et al 2019) para analisar como os domínios de agência e encaixes produzidos através de interações socioestatais em regimes de governo democrático-participativos se comportam frente a transição para regimes com orientações neoliberais e autoritárias. Foram utilizados dados primários e secundários obtidos através de pesquisa sobre a trajetória do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na luta por políticas públicas para agricultura camponesa e de seus processos de interação socioestatal, com foco na atuação do poder executivo, entre 2003 e 2016, período em que ocorreram processos de cooperação do movimento social com os governos petistas em âmbito federal. Na sequência, são apresentadas algumas das principais alterações de acesso institucional nos governos Temer e Bolsonaro e em como elas desestabilizaram as amarras institucionais realizadas anteriormente. O desmantelamento de políticas públicas tensiona os encaixes e domínios de agência existentes. Mais do que isso, corrobora para instituir novos encaixes e domínios de agência, produzidos por novas coalisões de atores, ao utilizar diferentes estratégias de desmantelamento. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi o principal espaço de porosidade estatal encontrado pelo MPA nos governos petistas, e a extinção dele culminou no fechamento de um importante canal em que a organização arquitetava encaixes em conjunto com outros atores. Neste trabalho, fica evidenciado que a abordagem domínios de agência pode contribuir para compreender a atuação do setor patronal, através do enquadramento em um ativismo em torno de uma agenda conservadora e voltada para os interesses destes atores. Adiciona-se também, o potencial analítico e ganhos cognitivos para avançar na compreensão da atuação dos movimentos sociais brasileiros e de processos interativos socioestatais.

**Palavras-chave:** Desmantelamento de políticas públicas. Domínio de agência. Movimento dos Pequenos Agricultores.

## **INTRODUÇÃO**

Com o advento de governos democrático-participativos no Brasil e, a subsequente interação entre organizações da sociedade civil, a literatura focada no estudo das instituições, se engajou para compreender e analisar as interações entre a sociedade civil e o Estado no contexto brasileiro.

Os neoinstitucionalistas construíram um referencial analítico para dar conta de explicar estas interações não apenas do ponto de vista habitual dos estudos de movimentos sociais – baseado em relações de confronto –, em que eles são considerados *outsiders*, mas sim, a partir de uma perspectiva interacionista e de coprodução, dando ênfase a processos que ocorrem no interior do Estado. Dentre estas novas contribuições, a abordagem de *domínios de agência* analisa a criatividade dos movimentos sociais na prática política e intelectual, indo para além do olhar voltado para a atuação nas instituições participativas e da suposição de que a proximidade com instituições políticas implica necessariamente em desmobilização, visto que o caso brasileiro demonstrou que também havia conflitos, tanto com o Estado, como com outros atores em arenas políticas (LAVALLE et al, 2019).

Nos governos Temer (2016-2018)<sup>1</sup> e Bolsonaro (2019-atual)<sup>2</sup>, apontados por pesquisadores como governos populistas com orientação neoliberal e autoritária (FAVARETO, 2017; BORRAS, 2019; MOUFFE, 2019; PREISS et al, 2020), as políticas públicas e instituições que, durante as gestões petistas aparentavam certa estabilidade, passaram a se desmantelar rapidamente. Bauer et al. (2012) caracterizam o desmantelamento como o corte, a diminuição da intensidade e densidade ou ainda a remoção de políticas públicas existentes. Partindo deste cenário, movimentos sociais que se engajaram para institucionalizar políticas públicas nos governos petistas, através de processos de formulação e execução qualificada das mesmas (CONTI, 2016), se encontram em um momento de instabilidade e dificuldade de acesso institucional.

O objetivo deste trabalho é analisar como os domínios de agência e encaixes produzidos através de interações socioestatais em regimes de governo democrático-participativos se comportam frente a transição para regimes com orientações neoliberais e autoritárias, focando no caso de interação do Movimento dos Pequenos Agricultores com o Estado brasileiro.

---

<sup>1</sup> Do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

<sup>2</sup> Eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) e atualmente sem partido.

Utilizou-se dados primários e secundários obtidos através de pesquisa anterior, elaborada a partir da trajetória do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A abordagem de domínios de agência será utilizada para analisar as interações do MPA com o Estado, com foco na atuação do poder executivo, entre 2003 e 2016, período em que ocorreram processos de cooperação entre ambos. Para a construção da análise, uma breve revisão de literatura recuperando alguns elementos da abordagem *contentious politics* será apresentada, além de situar o leitor sobre os principais conceitos da abordagem de domínios de agência.

O trabalho subdivide-se em cinco seções, esta introdutória; a segunda, que realiza uma revisão bibliográfica sobre as abordagens mencionadas; a terceira, adentra em cooperações do MPA com governos petistas; na seção quatro, algumas das principais alterações de acesso institucional dos governos Temer e Bolsonaro. E por fim, as considerações finais sintetizando e problematizando os processos de construção de encaixes e domínios de agência.

### ***INTERAÇÕES E MÚTUA CONSTITUIÇÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO – AS CONTRIBUIÇÕES DOS NEOINSTITUCIONALISTAS PARA A INTERPRETAÇÃO DO CASO BRASILEIRO***

As reflexões deste trabalho partem de Lavallo et al (2019), obra que se dedicou a preencher algumas lacunas teóricas ao elaborar conceitos e interpretações a partir de casos empíricos, da atuação de movimentos sociais frente às instituições, confrontando as teorias clássicas sobre os mesmos e estabelecendo um olhar não sobre as instituições ou sobre os movimentos sociais, mas sim, sobre o processo de *institucionalização*. Esta seção iniciará com elementos da abordagem *contentious politics* seguida pelos principais conceitos da abordagem domínios de agência, elaborados a partir de um resgate de autores do neoinstitucionalismo histórico.

Na *contentious politics*, há um maior foco de análise sobre os processos políticos, incluindo não somente os membros do campo político-institucional – os atores que possuem interesses reconhecidos como válidos e que são considerados nos processos decisórios – mas também, incluindo os desafiantes – os atores sem acesso ou com acesso altamente restrito ao campo político-institucional. A dinâmica dessas relações contribui substancialmente para moldar a estrutura de ação utilizada pelas organizações em um determinado momento, e isso ocorre a partir da *estrutura de oportunidades políticas* com as quais uma organização ou movimento social consegue “jogar”. Tarrow (2009), McAdam, McCarthy e Zald (1999) utilizam o conceito de estrutura de oportunidades políticas para demonstrar que os condicionantes político-institucionais exercem influência sobre os processos organizativos sociais. Pontuam que, à medida que se

alteram estes condicionantes nas estruturas institucionais do aparelho estatal, surgem novas oportunidades ou entraves/ameaças para os movimentos e organizações de contestação.

A partir disso, é possível analisarmos formas de relação fluidas, que se alteram ao longo da história, através de fatores econômicos, políticos, culturais, entre outros. “(...) as oportunidades políticas são aproveitadas e transformadas por uma variedade de desafiantes sob condições muito diferentes” (TARROW, 2009, p. 102). A forma como cada ator percebe e reage a estas oportunidades ou ameaças se diferencia. Dessa forma, é necessário prestar atenção nas alterações que ocorrem no que se referem às oportunidades e ameaças para as organizações.

Tilly e Tarrow (2015) trabalham com as estruturas de oportunidades políticas, abordando de forma relacional e indissociável, a relação entre os movimentos e organizações sociais com o Estado.

“Estruturas de oportunidades incluem aspectos de um regime que ofereça aos desafiantes tanto aberturas para promover suas reivindicações quanto ameaças e restrições que os alertam contra a realização dessas reivindicações” (GOLDSTONE & TILLY 2001 *apud* TILLY & TARROW 2015, p. 49).

As políticas públicas são um elemento central de toda a trajetória do MPA, principalmente por ter sido um campo em que ele interagiu com o Estado de diversas formas. Para compreender melhor esses tipos de interação, Giugni & Passy (1998), trazem contribuições que permitem um avanço na caracterização de tipos de cooperação que são estabelecidas na relação entre Estado e movimentos sociais no âmbito das políticas públicas. Eles analisam os processos associativos em que os movimentos sociais não se limitam a apresentar apenas repertórios de confronto em suas performances. A partir desta observação, estruturaram um quadro teórico propondo quatro diferentes tipologias que moldam os processos interativos entre organizações de movimentos sociais e o Estado. Essas definições partem do posicionamento de uma determinada organização com o Estado, se estão em acordo ou desacordo, e, quanto ao tipo de envolvimento que se dá, caracterizando-se em discurso ou ação. A partir dessa dinâmica, surgem quatro tipos de relação: consenso, oposição, cooperação conflituosa e o protesto.

O entendimento da relação definida como de cooperação conflituosa é central para este trabalho, pois, como será demonstrado adiante, o MPA cooperou com diferentes governos na formulação e execução de políticas públicas. Os autores definem *cooperação* como:

[...] a relação entre duas partes, baseada numa concordância sobre os fins de uma dada ação e envolvendo uma colaboração ativa que busca chegar a tais fins. No nosso caso, as duas partes envolvidas são o Estado e um movimento social ou partes dele, como uma organização ou um grupo de organizações (GIUGNI & PASSY, 1998, p. 84).

Essa relação é vista como conflituosa justamente porque é desigual, pois o Estado, ou os

governos, detêm mais poder em relação ao MPA, por exemplo. Mas também, pelo fato das diferentes intencionalidades e pelas lógicas de ação distintas de cada um. Mesmo assim, a organização estaria disposta a estabelecer uma estratégia que combina conflito e cooperação para avançar na concretização de suas demandas e pautas históricas, muitas vezes, aliando-se a outros atores estratégicos, formando coalisões em torno de um tema ou pauta.

A *cooperação conflituosa* pode se dar de diversas formas. Giugni & Passy (1998) descreveram três: consulta, integração e delegação. Conti (2016) explicita essas formas a partir da realidade de organizações brasileiras - a *consulta* pode ser entendida como o interesse do Estado ao buscar nos movimentos e organizações sociais informações importantes que esses possuem, apropriando-se delas. “Com frequência os movimentos têm acesso a informações decorrentes de sua inserção em temas peculiares e relações em rede, que o Estado normalmente não acessa, mas que lhe são importantes” (CONTI, 2016, p. 42). A *integração* refere-se à incorporação de lideranças dos movimentos em comissões, comitês e outras instâncias, em nível estadual ou federal. E por fim, a *delegação*, que pode ser entendida como uma forma de transferência de responsabilidades por parte do Estado para os movimentos e organizações sociais na execução de políticas públicas, visto que estes possuem “(capilaridade, legitimidade e método), que franqueiam que as políticas sejam executadas com eficiência e eficácia e que seus resultados sejam maximizados” (CONTI, 2016, p. 42).

Conti (2016) adiciona uma extensão teórica, a fim de contemplar o caso brasileiro, pois, a partir de 2003, as organizações da agricultura familiar e camponesa encontraram um ambiente político favorável, adentrando no Estado e, por vezes, ocupando cargos dentro de sua estrutura burocrática, sendo elas: formulação e execução qualificada de políticas públicas.

A abordagem de domínios de agência é aqui utilizada como forma de avançar nesta análise de interação, pois:

“constitui perspectiva especialmente oportuna para examinar e entender os processos de institucionalização de interesses, valores e agendas sociais e de constituição de capacidades estatais como produto de interações socioestatais.” (LAVALLE et al, 2019, p. 23).

Os autores vão além e pontuam que os atores não apenas interagem com o Estado, mas sim, que ambos, conformam uma *mútua constituição*:

“Trata-se de dois passos simultâneos na crítica ao pressuposto de que os movimentos operariam de maneira independente do Estado. Primeiro: os movimentos são profundamente influenciados pelas políticas públicas e pelas regras institucionais que definem suas formas de participação. Segundo: essas políticas e regras foram criadas em grande parte a partir de processos de construção institucional em que os próprios movimentos participaram. Assim, para além da ideia de

interação, a noção de mútua constituição sugere que os atores nos movimentos e nas agências estatais não apenas se interrelacionam a partir de terrenos institucionais fixos, mas participam na construção destes.” (LAVALLE et al, 2019, p. 16)<sup>3</sup>.

A noção de mútua constituição amplia o olhar de Giugni & Passy (1998) e cabem para entender o contexto brasileiro, e sobretudo, neste trabalho, compreender como o MPA e o Estado se retroalimentavam em suas interações. A mútua constituição só se faz possível a partir dos *encaixes*:

“Encaixes, em formulação mais restritiva e relacionalmente mais radical, são aqui definidos como sedimentações institucionais de processos de interação socioestatal que ganham vida própria (artefatos: instrumentos, regras, leis, programas, instâncias, órgãos) e mediante as quais atores sociais são, em alguma medida, bem-sucedidos em dirigir de modo contínuo a seletividade das instituições políticas ao seu favor, ampliando sua capacidade de agir.”. (LAVALLE et al, 2019, p 47).

Os autores pontuam que, os encaixes, quando constituídos, são de caráter público, e por mais que um determinado ator ou rede de atores tenham participado do processo de interação socioestatal que os constituiu, outros atores que não participaram deste processo também acabam por se mobilizar, e estes, detém certo poder de agência em um determinado período, fazendo com que ocorram ações para “usufruir” do encaixe sedimentado. Ainda, nem toda conquista de um movimento social deve ser compreendida como um encaixe. Afinal, eles necessitam se alongar no tempo e garantir “a capacidade de influência dos atores concedendo-lhes alguma vantagem e algum grau de agência.” (LAVALLE et al, 2019, p 50).

A abordagem ainda salienta a importância de criar combinações entre os encaixes, arquitetando estruturas institucionais mais complexas e difíceis de serem desfeitas, para que os atores não precisem se mobilizar novamente para institucionalizar uma mesma agenda. Ainda, é importante pontuar que um encaixe que opera em nível municipal ou estadual, por exemplo, não deve ser considerado menos institucionalizado que um de nível maior. No entanto, os encaixes de maior altitude política são mais valiosos para os atores, pois aumentam o nível de contingência. A este nível hierárquico, ou, altitude política – como os autores se referem – dá-se o nome de *encaixe vertical*.

Ainda, o conceito de *encaixe horizontal*, é criado para explicar a variabilidade dos encaixes, independentemente do nível hierárquico em que ocorram. São exemplos de porosidades em que os movimentos sociais adentram no Estado e na administração pública:

---

<sup>3</sup> Citação extraída do texto de apresentação da obra, elaborado por Rebecca Abers (UnB).

“Ter o acesso franqueado para dialogar regularmente com um funcionário público chave, ocupar cargos, determinar uma regra, definir uma função institucional, criar um órgão incumbido de certos propósitos – inclusive garantir a participação de determinados segmentos da população – ou aprovar uma lei (...)”. (LAVALLE et al, 2019, p 25).

Os autores chamam a atenção para o fato de que os encaixes horizontais podem operar em diferentes níveis de autoridade - como em âmbito federal, estadual e municipal –, e que isso está atrelado a capacidade de subordinar instâncias inferiores, diminuindo as contingências de um ator. Quando um conjunto de encaixes verticais e horizontais são articulados, eles constituem um *domínio de agência*, que, favorecem os atores, pois:

“(i) implicam o reconhecimento de que os atores tem legitimidade para agir e demandar em nome de grupos específicos ou interesses difusos (embora não concedam monopólios na representação); (ii) selecionam e processam com maior frequência problemas e demandas relevantes para esses atores (ainda que com eles não definam uma relação de exclusividade); (iii) outorgam suporte material – organizacional ou financeiro – aos atores propiciando sua estabilização (ainda que não garantam financiamento permanente); e (iv) reduzem o poder de concorrência de atores estranhos ao domínio de agência (mesmo que não entreguem aos atores favorecidos o controle sobre as barreiras de entrada).” (LAVALLE et al, 2019, p 52).

Os domínios de agência derivam de um longo processo de interação socioestatal e de construção de vários encaixes, em diferentes hierarquias, conferindo legitimidade e agência a um determinado ator ou conjunto de atores por parte do Estado “são produto de histórias de conflito, aprendizagem e cooperação” (LAVALLE et al, 2019, p 26). Importante salientar que um domínio de agência não necessariamente deve ser entendido como algo cristalizado ou imutável na estrutura institucional, mas sim, um produto resultante de um maior nível de sedimentações. Sedimentações estas, que poderão ser desfeitas de acordo com os condicionantes políticos:

“As configurações mudam conforme a coalizão governante, cedendo passo a outros atores e outros encaixes inscritos em diversos níveis de autoridade. Isso não significa que as configurações de encaixes e a operação de domínios de agência sejam menos relevantes, mas apenas que são outros os atores a serem analisados e outras também as redes transversais ao Estado em que esses atores disputam as decisões das autoridades públicas e constroem políticas.” (LAVALLE et al, 2016, p 28).

Nos últimos anos, assistimos a uma série de mudanças na política institucional, alterações estas que já iniciaram no final do governo Dilma e se acentuaram em outros dois momentos: o golpe de 2016 e a ascensão de Michel Temer a presidência e em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro. Neste trabalho, serão discutidas algumas destas alterações quando analisadas a partir

das interações socioestatais do MPA com os governos petistas em comparação com a menor porosidade estatal observada com os atuais governos.

### ***CONSTRUINDO ENCAIXES, FORMATANDO DOMÍNIOS DE AGÊNCIA***

Desde sua origem o MPA apresentou diversos repertórios na ação coletiva que desenvolveu frente aos diversos governos que perpassaram sua história, tanto em âmbito federal, como estadual. A interação socioestatal se intensificou durante as gestões petistas, culminando em diversos processos de formulação e execução qualificada de políticas públicas, caminhos pelos quais o MPA conseguiu institucionalizar fragmentos de sua agenda através da consolidação de encaixes verticais e horizontais. Grisa & Schneider (2014) pontuam que, com a ascensão de políticos vinculados ao PT nas arenas públicas, abriram-se espaços para a institucionalização de “novas” ideias, entre elas, as referentes à segurança alimentar e nutricional e do campo agroecológico. Nesses novos espaços, os sindicatos, movimentos sociais, a Academia e organizações da sociedade civil tiveram uma importante inserção, trazendo uma significativa contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para estes temas. Alguns destes processos interativos serão apresentados nesta seção.

A partir de 2003, uma série de novos instrumentos foram criados, refletindo no surgimento de políticas públicas complementares ao PRONAF, e no próprio crescimento deste, buscando atender as demandas das organizações que se mobilizavam anualmente em torno da construção do Plano Safra (BIANCHINI, 2015).

Uma das notáveis mudanças dos governos petistas em relação ao Governo FHC, e que trouxeram reflexos para as organizações da agricultura familiar e da Via Campesina foi o lançamento anual do Plano Safra da Agricultura Familiar, que a partir do Governo Lula, foi transformado em um grande evento, que contava com a presença do presidente, ministros, senadores, deputados, lideranças de organizações e movimentos sociais ligados ao campo. Neste espaço, ocorria a avaliação do Plano Safra anterior e o lançamento de novidades, com direito a falas de lideranças (BIANCHINI, 2015; GRISA & SCHNEIDER, 2014; PICOLOTTO, 2011). Era um momento importante que sinalizava a disputa em torno da formulação de políticas públicas entre os atores e, de tensão entre as próprias organizações, e delas, em relação ao Estado. Este processo é caracterizado por se tratar de uma cooperação conflituosa na formulação de políticas públicas, a partir de uma perspectiva de construção *bottom up*. Mais que isso, era uma construção permanente de encaixes verticais e horizontais, atualizada a cada edição. O MPA

sempre se fez presente, no entanto, a fala de avaliação de Frei Sérgio Görge<sup>4</sup>, que participou de praticamente todas as negociações do Plano Safra nos governos petistas em Brasília, contrasta com a avaliação geral dos autores citados acima:

Evento que não alterava nada. Era interessante para mobilizar, mas ele nos amarrou muito. Levou-nos para uma lógica burocratizada de reivindicação. Nos fez mais mal do que bem. Como instrumento de administração pública obviamente que é interessante [...]. Todos os Planos Safra tiveram um enfoque produtivista, desde o FHC até a Dilma. [...] essa era terminou. É preciso uma nova geração de políticas públicas para o campo. Insistimos na expressão do esgotamento, mas é mais do que isso, do ponto de vista político-sociológico é uma crise (Entrevista ao autor, 2018).

O depoimento expõe uma contradição presente na relação estabelecida entre o MPA – e demais movimentos da Via Campesina – com os governos petistas: a moderação da ação em alguns momentos, devido às negociações que ocorriam na institucionalidade, através da “política de gabinete”. Expõe também, os limites do ciclo de políticas públicas dos governos petistas e a centralidade que as políticas públicas possuem para o MPA. Ainda, a agenda em torno do Plano Safra demonstra que o MPA, em conjunto com outros atores, era um ator com agência reconhecida pelo governo, tanto para formular, como para realizar a execução qualificada de políticas públicas.

Podemos compreender então, a rodada de negociações com o governo federal como um encaixe vertical de ampla altitude, pois as decisões tomadas neste espaço incidiam sobre toda a base de militantes da organização, diminuindo a contingência e acima de tudo, estabelecendo um domínio de agência, pois, por mais de uma década (2003 até 2016) o MPA, em conjunto com uma coalisão de atores – movimentos sociais e sindicais – ligados ao campo da agricultura familiar e camponesa, corroborou com o Estado, tendo agência reconhecida, atuando em diversos processos de cooperação conforme categorias de Giugni e Passy (1998) e Conti (2016). Tais fenômenos empíricos explicitam a conformação de uma relação de mútua constituição, conforme apontam Lavalle et al (2019), pois, o MPA se beneficiava deste processo interativo integrando e construindo esta instância, ao mesmo tempo em que o governo se retroalimentava das ideias trazidas pelos atores através de processos de consulta e, por muitas vezes, garantia uma execução qualificada das políticas públicas, com consequente ganho de eficiência em investimento de recursos financeiros.

No primeiro Governo Lula, as expectativas das organizações giravam em torno do anúncio de dois grandes programas sociais, o Programa Vida Digna no Campo e o Brasil Fome

---

<sup>4</sup> Importante liderança histórica do MPA.

Zero, que acabaram direcionando o bojo de políticas públicas desse período. O primeiro, parte do programa de governo de 2002 da coligação Lula presidente (2002), e traçou as diretrizes para uma política de desenvolvimento rural, agrícola, agrária e de segurança alimentar. Já o segundo, foi o programa responsável por projetar o Brasil no cenário internacional ao retirar o país do “mapa da fome”, a partir de um programa que mobilizou diversas organizações sociais em torno de sua formulação e execução. Carvalho (2016) afirma que a elaboração do Plano Camponês do MPA também esteve vinculada a isso, e motivou a organização a repensar suas pautas, conforme entrevista a seguir:

Fizemos dois movimentos, por um lado organizamos uma cartilha intitulada “Produzir comida para o povo brasileiro”, com a qual realizamos muitos debates com a base, desembocando em jornada de lutas, onde nos colocávamos na condição de produtor de alimentos para dar respostas às demandas do programa fome zero. 2) apresentamos uma proposta de “Crédito de reestruturação da propriedade camponesa” um crédito sistêmico, que financiava um conjunto de atividades, portanto contrariava a lógica do PRONAF que financiava um único ramo da produção. Como não houve reconhecimento [pelo governo Federal] de nosso papel e nossa proposta de crédito diferenciado foi rejeitada, começamos um estudo mais aprofundado sobre o tema (entrevista Valter Silva). (CARVALHO, 2016, p. 9).

O trecho de entrevista demonstra a abertura que o MPA tinha em relação ao governo para negociar suas pautas – mesmo que estas não fossem acatadas por parte do governo – assim como o papel que ele desempenhava na formulação de políticas públicas. O estudo mais aprofundado sobre o tema ao qual o entrevistado se refere, é na verdade, o Plano Camponês. Essa elaboração teórica pode ser compreendida como o projeto para o campo brasileiro que a organização construiu através de uma série de experiências, reflexões e estudos, e que corresponde à sua síntese de pautas e lutas. O Plano Camponês é construído, por um lado, independentemente das políticas públicas, mas, por outro, elas são capazes de potencializar seu processo de construção.

Ainda sobre o trecho de entrevista, partir da pauta do “crédito de reestruturação da propriedade camponesa”, ficam visíveis duas coisas: a primeira refere-se à identidade de camponês trazida pelo MPA dentro das pautas, colocando em desuso outras terminologias, como pequeno produtor, pequeno agricultor ou agricultura familiar e suas derivações, que eram verificadas nas pautas enviadas nos anos anteriores. No entanto, o nome da organização sempre utilizou a terminologia “pequenos agricultores”. E a segunda, é uma crítica ao Pronaf, propondo um crédito de financiamento que pensasse a reestruturação de toda a propriedade e não apenas de um ramo de produção. Esta é a primeira pauta que surge na trajetória do MPA demandando outra política de crédito, de caráter mais amplo, para além do que era o Pronaf. Até então, as pautas

relacionadas a crédito eram voltadas para financiar a produção, habitação ou renegociação de dívidas.

Quanto à afirmação da identidade camponesa enquanto categoria social e da negação do referencial de agricultura familiar proposto pelo governo para as políticas públicas voltadas para o rural, Costa (2014) traz mais informações

Foi neste ano [2003] que o MPA apresentou a pauta de um Crédito de Reestruturação da Agricultura Camponesa, o que levou a grandes disputas com o governo que dava continuidade à implantação do projeto da Agricultura Familiar. A proposta do crédito de reestruturação da Agricultura Camponesa era bombástica, pois ela por si só representava uma negação das políticas públicas propostas pelo governo para a agricultura camponesa e também uma negação da identidade de agricultor familiar que tentavam nos impor. No ano de 2008, portanto cinco anos mais tarde, o governo lançou o PRONAF Sistemico, que respondia em parte a esta demanda e depois, com a crise alimentar virou o PRONAF Mais Alimento (COSTA, 2014, p.140 *apud* CARVALHO, 2016).

Nos governos FHC, o MPA já apontava desde o início para uma identidade diferenciada do referencial que veio a constituir o Pronaf, se identificando enquanto pequeno agricultor e, posteriormente, assumindo a identidade de camponês. Com a abertura de oportunidades políticas dentro do Estado e com a evolução de pautas e uma melhor definição da visão de mundo da organização, a narrativa em torno do conceito de modo de produção camponês e da categoria social camponês, alicerçada por Chayanov (1981) se fortaleceu.

Sobre o episódio de tensionamento citado na entrevista acima, referente à pauta da reestruturação da agricultura camponesa, Frei Sérgio traz outros elementos sobre a questão:

Nós fizemos algumas reivindicações que ali no MDA eles não faziam questão alguma de resolver. Mandaram nós ir na Fazenda. Foi um choque para nós a conversa com o Secretário de política econômica (Sérgio Antônio Görgen. Entrevista ao autor, 2018).

A conversa referida no depoimento está relatada em Görgen (2017), trata-se de uma audiência com Bernard Appy, secretário de política econômica do Ministério da Fazenda do governo Lula. Nessa audiência houve um grande tensionamento, o secretário não recebeu bem a pauta do MPA e segundo relato de Görgen chamou a agricultura camponesa pejorativamente de “agricultura de subsistência” afirmando que a pauta era um atraso e não tinha viabilidade e nem lugar na política econômica do governo Lula. Esse acontecimento levou o MPA a fazer uma profunda reflexão e análise, que culminou em uma série de estudos produzidos por uma rede de pesquisadores parceiros e engajados.

Este episódio denota como as relações institucionais tecidas entre o MPA e o Estado produzem mudanças na estrutura organizativa do primeiro. Essa interação conflituosa teve como

um de seus principais desdobramentos a elaboração do Plano Camponês. Experiências de interação institucional como essa, levaram algumas pessoas do MPA a adquirir uma grande *expertise* nesse tipo de relação, se especializando em negociações com os diversos setores do Estado e aprendendo a operar a partir da lógica da burocracia estatal. Portanto, o MPA desenvolveu quadros que se especializaram em tecer encaixes e adentrar na porosidade estatal.

Neste período, o MPA diversificou suas pautas e mostrou uma correlação direta com as políticas públicas – e com as oportunidades que se abriram – incrementando suas demandas. A respeito das pautas que são enviadas ao governo federal – e estaduais – anualmente, verifiquei através de análise documental<sup>5</sup> que a pauta da organização é bastante ampla, e que em cada eixo temático, há diversas subpautas, que indicam em muitos casos, a forma de operacionalização delas, mecanismo que o MPA utiliza para facilitar a entrada de uma pauta na agenda governamental, ou ainda, como forma de postular um encaixe.

Carvalho (2016) cita as principais pautas que surgiram ou se amplificaram nesse período: “agroecologia, agroindústria, energia, regras sanitárias, serviços ambientais, acesso à internet, juventude e condições para sua permanência no campo, agrotóxicos [...]” (CARVALHO, 2016, p.9-10). Ao mesmo tempo, as pautas da organização fizeram referência a várias políticas públicas do período como o Programa de Alimentação Escolar, o Programa Fome Zero e o Luz Para Todos.

A Política Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB) é um dos vários exemplos de apropriação do MPA em torno de uma política pública, a partir da janela de oportunidade política aberta em torno dela, o MPA se inseriu no debate público, se reestruturou internamente e incorporou elementos da política ao Plano Camponês, formulando novos conceitos para dar suporte ao seu debate na arena pública. Mais do que isso, o MPA se alicerçou nesta política para potencializar suas ações e a construção de pautas do Plano Camponês, corroborando com o debate em torno do modo camponês de produção, fugindo de um viés estritamente agrícola e energético que algumas organizações e o próprio PNPB propunham inicialmente:

A cooperativa (*Cooperbio*) existe desde 2005. Ela surge para ser a cooperativa territorial da região norte. O tema central da época eram as energias. A gente via que havia uma brecha, como a gente discutiu, para debater as energias renováveis e combinar o tema das energias com a produção do meio ambiente, alimentos e aí surge o Alimergia. [...] foi no Seminário de 2007, e foi nesse seminário que surgiu o conceito de sistemas camponeses de produção e Alimergia (Marcelo Leal Teles Silva. Entrevista ao autor, 2017).

A disputa pela concepção da política pública que o MPA realizou demonstra a criatividade e inovação da organização para atuar frente a um cenário de abertura de oportunidades políticas, aliando três temas de grande importância na arena pública – energia,

---

<sup>5</sup> Os documentos analisados são de caráter interno do MPA e foram cedidos para realização desta pesquisa.

alimentação e meio ambiente –, sendo que este último foi objeto de fortes críticas para a construção dessa política, devido a problemáticas da produção em sistema monocultor e em larga escala, além da pressão ambiental exercida sobre terras agricultáveis, tanto para produção de alimentos, como para produção de energia. Somava-se a isso, o temor em se ampliar o desmatamento em virtude dessa política de incentivo. O debate que o MPA estava propondo à época buscava solucionar este impasse com a pauta ambiental.

A síntese desenvolvida por Carvalho (2016) no caso da PNPB demonstra isso:

[...] o MPA entra no debate público sobre a produção de bioenergia, estabelecido pelo governo Federal, ao lado das organizações que questionam o modelo proposto, mas engaja-se na controvérsia propondo uma abordagem própria. Para que suas propostas sejam viáveis, os militantes do MPA prepararam-se técnica e politicamente, articulam um discurso sobre o tema e o defendem em várias frentes, inserem-se em debates sobre políticas públicas das áreas pertinentes, associam-se a pesquisadores da área, a universidades e a instituições de pesquisa como a Embrapa e instituições homólogas estaduais, estabelecem alianças com outros movimentos sociais, com empresas, com órgãos do governo Federal. Enquanto implementam o projeto, também o relatam e, não raro, teorizam sobre ele (CARVALHO, 2016, p.15).

Este exemplo de interação socioestatal demonstra novamente o que Lavallo et al (2019) chamam de mútua constituição, pois, o MPA se reestrutura a partir da agenda estatal, cria uma cooperativa para operar a partir da lógica do Estado, elabora conceitos, tem agência reconhecida – mas não o monopólio dela, visto que outros atores acabaram se sobrepondo na constituição da PNPB –, ao mesmo tempo em que o MPA constitui o Estado, que se beneficia da expertise e da execução qualificada do MPA.

Com o avanço da PNPB, o MPA acabou ficando para trás com o seu debate na arena pública. A experiência acumulada neste processo, poderá recolocar a organização à frente desta discussão em outro momento. Não cabe aqui destacar todos os fatores que culminaram nessa derrota sobre a concepção da política, mas cita-se a descoberta das reservas do Pré-Sal pela Petrobrás, as dificuldades em operar a PNPB na região Norte e Nordeste – que eram as regiões prioritárias inicialmente –, a desigual correlação de forças entre os atores envolvidos, dentre outros (FLEXOR & KATO, 2015).

Vários outros casos de cooperação entre o Estado e o MPA foram tecidos ao longo da trajetória da organização, não apenas nos governos petistas em âmbito federal, mas também em âmbito estadual<sup>6</sup>.

### ***AS “NOVAS VELHAS” AGENDAS NA PAUTA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO***

Esta seção tem por objetivo debater elementos que ajudem a compreender de que forma os encaixes e domínios de agência constituídos nos governos petistas foram desinstitucionalizados.

Alguns conceitos da policy dismantling serão trazidos ao texto para que o leitor compreenda a dimensão das mudanças institucionais que ocorreram nos últimos anos, e sobretudo, pelo fato de que os processos de desmantelamento atuaram fortemente para desfazer os encaixes tecidos por diversos atores nos governos petistas, ao mesmo tempo em que serviram para institucionalizar novos encaixes, arquitetados por outras coalisões de atores.

Quatro categorias de análise são utilizadas para desvelar as estratégias utilizadas no processo de desmantelamento das políticas públicas: na *estratégia de desmantelamento ativo*, ocorre redução da intensidade e/ou densidade de uma política a partir da atuação de atores políticos; na *estratégia de desmantelamento por defeito*, ocorre omissão, negligência em torno das estratégias de manutenção de intensidade de uma determinada política; nas *estratégias simbólicas*, as ações são caracterizadas pela utilização de recursos discursivos e simbólicos e não em um desmantelamento convencional (como corte ou redução orçamentária); e por fim, a *estratégia de mudança de arena*, em que o processo decisório em torno das políticas passam do nível governamental (investimento público) para o setor privado. Comumente, tais estratégias são utilizadas de forma combinada e sistemática, (BAUER et al., 2012).

Logo no início do Governo Temer, as mudanças institucionais realizadas pelo mesmo, alteraram o padrão de relação vigente entre o Estado e as organizações da agricultura familiar e camponesa até então estabelecidas. Tais mudanças implicaram em alterações no *modus operandi* dessas organizações, frente ao novo contexto e a diminuição de oportunidades políticas. Ainda, implicaram na elaboração de uma nova estrutura de ação para “driblar” os desafios impostos frente ao novo padrão de relação entre atores estatais e atores da política institucional e não institucional, momento este, que, exigiu novidades e criatividade para contrapor este cenário da forma mais rápida possível, de modo a minimizar os impactos.

---

<sup>6</sup> O MPA arquitetou um encaixe dentro do governo Tarso Genro (PT) no RS (ODERICH et al (2018), através de um programa piloto que estava em vias de se nacionalizar via transferência de política pública pelo extinto MDA, o que não veio a ocorrer pelas mudanças institucionais relatadas.

Durante os regimes dos governos Temer e Bolsonaro, uma nova agenda institucional é posta em prática. Políticas de austeridade fiscal foram elaboradas a partir de uma narrativa de crise econômica advinda das gestões petistas. Do ponto de vista analítico, as constantes e rápidas mudanças no cenário político-institucional apresentaram uma série de dúvidas e incertezas para os movimentos sociais do campo. O cenário de instabilidade demonstrou não se atenuar com o avanço destes governos, e foi intensificado em escala global com a Pandemia de Covid-19 em 2020 (SANTOS; POCHMANN, 2020)<sup>7</sup>; (LEACH et al, 2021). As incertezas condizem com o próprio *modus operandi* destes governos.

No entanto, no segmento rural, há um processo sistemático de desmantelamento de políticas públicas em curso, tendo como vetor a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ainda em 2016 (FAVARETO, 2017). Esta antítese ao cenário geral de incertezas, sinaliza também, novos atores adentrando na permeabilidade do Estado e atuando para que o referido desmantelamento ocorra.

Em contraste com a tradição dos governos petistas, que chamavam os movimentos sociais e sindicais do campo da agricultura familiar e camponesa, para a elaboração do Plano Safra da Agricultura Familiar, vemos nos governos Temer e Bolsonaro, alterações nos atores que acessam este canal, configurando um encaixe horizontal arquitetado por uma nova coalisão de atores, que está se consolidando como um novo padrão nos últimos anos.

No âmbito do governo Temer, o Plano Safra, evento que ganhou grande visibilidade e relevância nos governos petistas, também sofreu modificações. A edição 2016/2017 havia sido elaborada com base nas demandas dos atores que tradicionalmente o construíram, ainda no final do segundo governo Dilma, e não sofreu grandes impactos no decorrer de 2016. No entanto, o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar em 2017 deixou de ser anual, e foi divulgado como plurianual para o período de 2017-2020 – extrapolando inclusive o período do governo Temer que foi até 2018. Os movimentos e organizações que tradicionalmente discutiam a pauta com o governo nas gestões petistas não se fizeram presentes na elaboração, a exceção foi a presença da CONTAG. Marcelo Leal, dirigente do MPA em entrevista, ao ser questionado sobre convite do Governo para o Plano Safra 2017/2018 afirmou “Não, também se houvesse nós não teríamos participado”. De um lado, o fechamento de diálogo por parte do Estado e o desinteresse em institucionalizar as ideias desses atores, e de outro, a recusa em negociar e reconhecer o Governo Temer como legítimo, não estando disposto a cooperar, estabelecendo um cenário de confronto político em suas performances na arena pública. O Plano Safra lançado em 2017 deixou

---

<sup>7</sup> A obra citada apresenta um dossiê sobre o impacto da pandemia de Covid-19 nas mais diversas áreas.

de ser um grande evento que contava com a participação de diversos atores para se tornar um evento fechado para poucas pessoas, refletindo em um plano safra sem grandes inovações.

Outras mudanças também foram incorporadas, e dentre elas, o congelamento de recursos devido a Proposta de Ementa Constitucional (PEC) 95, a PEC dos Gastos Públicos. Não cabe a este trabalho avançar neste debate, mas abre-se possibilidades para compreender esta aprovação como um processo de construção de encaixes entrelaçados, arquitetados por uma coalisão de atores para promover o desmantelamento das políticas públicas. Notadamente, a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) e organizações do patronato rural, participaram ativamente deste processo.

Quanto ao cenário de múltiplas crises, Preiss et. al (2020) comentam que a instabilidade política provocada pelo governo Bolsonaro, ao promover as reformas neoliberais na economia e a difusão de uma política conservadora nos costumes, acarreta precarização dos serviços essenciais nas áreas de saúde, educação e segurança alimentar, que já estavam sendo afetadas pela Emenda Constitucional 95.

As análises sobre os últimos anos da política brasileira ainda carecem de estudos. Esta seção trouxe apenas alguns elementos para pensar insights sobre como compreender o atual momento.

### ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

O domínio de agência constituído em torno da elaboração e execução do Plano Safra, apesar de ter apresentado várias sedimentações através da porosidade advinda das interações socioestatais, mostrou-se também demasiadamente frágil com o fim das gestões petistas. Logo, tais amarras institucionais, eram apenas simbólicas, pois, não raro, representantes de movimentos sociais e sindicais, diziam que o governo chamava a organização “para conversar”. Era uma relação consultiva (Giugni e Passy, 1998). Este trabalho não teve como foco discutir as capacidades estatais, um dos elos centrais que constituem a abordagem domínios de agência, mas é válido salientar que elas foram amplificadas por estes processos interativos conformando uma mútua constituição.

A questão que fica é: como pensar na sedimentação de encaixes e na constituição de um domínio de agência a longo prazo, para além de gestões governamentais, algo que transpasse regimes distintos e antagônicos? O desmantelamento de políticas públicas nos dá algumas pistas, pois, tensiona os encaixes e domínios de agência existentes. Mais do que isso, corrobora para instituir novos encaixes e domínios de agência, produzidos por novas coalisões de atores. Ao utilizar diferentes estratégias de desmantelamento, nas mais diversas formas e articuladas entre si

– ativo, por defeito, estratégia simbólica e estratégia de mudança de arena – os governos com orientações neoliberais e autoritárias, em conjunto com as novas coalisões de atores, passam a influenciar com maior intensidade nos processos políticos e na (des)institucionalização –, elaboram novos encaixes horizontais e verticais – vide aplicação do corolário neoliberal proposto pelo Ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, aos governadores em troca de liberação de recursos para os estados<sup>8</sup> – ao mesmo tempo em que institui mecanismos para alterar as sedimentações advindas dos governos petistas.

Cito como exemplo, a extinção do MDA, pois, em seu processo de criação, ele foi instituído através de um encaixe horizontal no governo FHC, enquanto resposta para acalmar os ânimos dos movimentos sociais, através de um processo de conflito e cooperação com diversos atores. É bem verdade que, apesar do Ministério ter sido criado no governo FHC, foi somente sob as gestões petistas que ele cresceu politicamente e foi retroalimentado por movimentos sociais e sindicais do campo, ampliando também seu portfólio de políticas públicas e dotação orçamentária ano após ano, além de ter se tornado um ministério com projeção internacional, ganhando espaço na FAO e sendo responsável por instituir processos de transferências de políticas públicas mundo afora. Com a extinção do MDA, os departamentos e secretarias atreladas a ele, sofreram com as diferentes estratégias de desmantelamento e foram subordinadas a outras pastas que, atualmente, se encontram junto ao MAPA.

O MDA foi o principal espaço de porosidade estatal encontrado pelo MPA e outros atores representativos da agricultura familiar e camponesa, e a extinção dele culminou no fechamento de um importante canal em que a organização arquitetava encaixes em conjunto com outros atores. Ao ter o restante de sua estrutura atrelada ao MAPA, o MPA passa a não ter agência reconhecida, pois, a agência passa para outra coalisão de atores, ligados a FPA e ao patronato rural.

A abordagem de domínios de agência foi estruturada para explicar os processos interativos entre movimentos sociais e o Estado brasileiro, e como os autores reconhecem, também pode ser utilizada para estudar a atuação de outros atores. No caso deste trabalho, fica evidenciado que ela pode contribuir para compreender a atuação do setor patronal e da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), através do enquadramento em um ativismo em torno de uma agenda conservadora e voltada para os interesses destes atores. Adiciona-se também, o potencial analítico e ganhos cognitivos importantes para avançar na compreensão da atuação dos movimentos sociais brasileiros e de processos interativos socioestatais. Ainda, mostra-se bastante

---

<sup>8</sup> Para mais informações ver UOL (2018). Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2018/11/14/em-troca-de-apoio-a-reformas-guedes-promete-a-governadores-nova-distribuicao-de-receitas.htm>. Acesso em: 13 fev 2021.

promissora quando articulada em conjunto com a abordagem *policy dismantling*, visto que os processos de desmantelamento implicam em rupturas nos encaixes arquitetados, ao mesmo tempo que são arquitetados novos encaixes para potencializar o desmantelamento.

Posto isso, é necessário construir amarras institucionais, arquitetar um número maior de encaixes analisando com maior profundidade os processos políticos que ocorreram nas últimas décadas no caso brasileiro. As análises sobre o processo político precisam estar presentes nas agendas de pesquisa de quem estuda Estado, movimentos sociais, políticas públicas, pois, os bastidores do processo político revelam informações empíricas importantes que muitas vezes passam despercebidas. As agendas em torno de elaborações de políticas públicas precisam levar em conta a temporalidade dela, instituir mecanismos que busquem assegurar a continuidade mesmo com trocas de governos e que reconheça a agência de atores independente dos condicionantes políticos.

De maneira complementar, as incertezas – e aqui, não me refiro apenas as incertezas do cenário político, mas também, a processos complexos derivados do cenário de múltiplas crises e incertezas (LEACH et al, 2019; PREISS et al, 2019) – devem ser problematizadas e incluídas em uma nova e necessária agenda de elaboração de políticas públicas. Se as oportunidades políticas em âmbito federal se encontram reduzidas, é o momento de os movimentos sociais focarem suas atenções para adentrar na porosidade de outros espaços institucionais. Ao longo das últimas décadas, uma grande expertise foi desenvolvida, tanto pelo MPA, como por outros atores, expertise essa, que deve ser utilizada para produção de encaixes verticais de menor altitude em conjunto com reflexões tecidas sobre todos estes processos: a transição democrática; os governos democrático-participativos petistas; o desmantelamento de políticas públicas em governos com oportunidades políticas reduzidas e com fechamento da porosidade estatal; e as implicações da Covid-19. Estes elementos pensados e articulados em conjunto, são o desafio para se pensar em uma nova geração de produção de políticas públicas.

## **REFERÊNCIAS**

BAUER, M.; JORDAN, A.; GREEN-PEDERSEN, C.; HÉRITIER, A. **Dismantling public policy: preferences, strategies and effects.** Londres: Oxford Univ. Press, 2012.

BIANCHINI, V. **20 anos do PRONAF, 1995-2015.** Avanços e Desafios. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2015.

BORRAS, J. (2019), Agrarian social movements: The absurdly difficult but not impossible agenda of defeating right-wing populism and exploring a socialist future in: **Journal of Agrarian Change**, doi: 10.1111/joac.12311

CARVALHO, P. D. **O MPA além da forma-movimento:** anotações para uma história. 40º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, Minas Gerais. 2016.

CONTI, I. L. **Organizações sociais e políticas públicas:** inserção da Fetraf-Sul nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Tese. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) UFRGS. 2016. 319 p.

COSTA, M. J. Construção do Plano Camponês: experiências de políticas públicas de desenvolvimento para o campo brasileiro. [s.l.] **Universidade Estadual Paulista** (Unesp), 2014.

FAVARETO, Arilson. Concepções de Desenvolvimento e de Intervenção Pública no Brasil Rural sob o Governo Temer e Além. **Raízes**, Campina Grande, v. 37, n. n. 2, jul-dez 2017.

FLEXOR, Georges; KATO, Karina. Políticas de promoção dos biocombustíveis e agricultura familiar: o que sugerem as recentes experiências internacionais? 2015. In GRISA, Cátia (Org); SCHNEIDER, Sérgio (Org). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. 624 p.

GIUGNI, M.; PASSY, F. Contentious politics in complex societies: New social movements between conflict and cooperation. In: GIUGNI, M.; McADAM, D.; TILLY, C. **From contention to democracy**. Lanham: Rowman & Little field Publishers, 1998.

GORGEN, S. A. **Trincheiras da Resistência Camponesa**. Editora Instituto Cultural Padre Josimo. p. 616. 2017.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

LAVALLE, A. G., Carlos, E., Dowbor, M., & Szwako, J. (2018). Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. EdUERJ

LEACH, Melissa; MacGREGOR, Hayley; SCOONES, Ian; WILKINSON, Annie. Post-pandemic transformations: How and why COVID-19 requires us to rethink development. **World Development**. Volume 138, February 2021, 105233.

McADAM, Dough. The Political Process Model. In: BUECHLER, Steven; CYLKE Jr., Kurt (org.). **Social movements: perspectives and issues**. Mountain View: Mayfield, 1997.

McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (org.). **Movimientos sociales: perspectivas comparadas**. Madrid: Istmo, 1999.

MARQUES, Eduardo (1997). Notas críticas a literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. BIB. Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais, v. 43.

MOTA, Adeir Archanjo da; EDUARDO, Márcio Freitas. Campesinato, Disputa Territorial e Desenvolvimento: A Experiência de Resistência do MPA. **Boletim DATALUTA**, p. 15, agosto 2010.

MOUFFE, C. O momento populista. In: **Simbiótica**, vol.6, n.1, jan-jun 2019.

ODERICH, E. H.; GRISA, C.; BARTH, V.J. Interações entre Estado e Sociedade CIVIL na construção do FEAPER e Programa Camponês do Rio Grande do Sul. **Revista Política e Sociedade**. UFSC. 2018.

PICOLOTTO, E. L. **As Mãos que Alimentam a Nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 289 p. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) UFRRJ. Rio de Janeiro, 2011. 289 p.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; GRISA, C.; MOLINA, A.A. Os sistemas agroalimentares e crise COVID-19: é possível um cenário mais justo e equitativo? *in* SANTOS, R. P.; POCHMANN, M. **Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas**, Alexa Cultural: São Paulo, 2020

Programa de governo 2002 coligação Lula presidente. Disponível em: <http://www.enfpt.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Vida-digna-no-campo.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018

SILVA, Marcelo Leal Teles (Org). **Projeto Alimergia**. Candiota: Instituto Cultural padre Josimo, 2016. 120 p.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. (Coleção Sociologia). Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C; TARROW, S. **Contentious Politics**. Second revised edition. Oxford University Press. 2015. New York. 268 p.